



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2009/06/30

Aos trinta dias do mês de Junho, do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e quarenta e cinco minutos, foi declarada aberta a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José dos Santos Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo;

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues.

Apresentaram justificação de falta os membros Senhores, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Sêco, Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Edral, e o membro António Augusto Gonçalves, pelo que a falta foi considerada justificada.

Foi considerada falta injustificada, na sessão de vinte e oito de Abril de dois mil e nove, o membro Senhor António dos Anjos Gonçalves, Julieta de Jesus Pires e José Augusto Gonçalves Nunes, por não terem apresentado qualquer justificação.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 - Ordem do Dia.

- 2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;
 - 2.2 - Leitura resumida do expediente;
 - 2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;
 - 2.4 - Período de intervenções;
 - 2.5 - Alteração ao Regulamento do Parque de Campismo;
 - 2.6 - 2.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 3.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 3.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento
- 3 - Período reservado ao Público

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia felicitou todos os membros presentes e começou por citar o ofício remetido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, relativo à Deliberação do Conselho Regional do Norte de 29 de Abril de 2009 – A Evolução do Modelo de Governação Regional em Portugal. “Como é do conhecimento de V.^a Ex.^a, o Conselho Regional do Norte, na sequência de proposta analisada e decidida na reunião de 18 de Janeiro de 2009, entendeu ser fundamental promover um debate sobre a Evolução do Modelo de Governação Regional em Portugal, pela sua potencial importância para o desenvolvimento social, económico e territorial do Norte de Portugal e, conseqüentemente, do próprio País.

Este debate decorreu no passado dia 29 de Abril de 2009, tendo contado com a participação de dois ilustres convidados (pela experiência e conhecimentos que dispõem sobre este tema): o Prof. Luís Valente de Oliveira e o Prof. Carlos Zorrinho.

Como corolário desse debate, foi aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Regional a Deliberação sobre a “Evolução do Modelo de Governação Regional em Portugal”, na qual se assume que é pela via da regionalização que se conseguirá “modernizar o Estado, aprofundar a democracia e desenvolver as regiões”. Na referida deliberação, os membros do Conselho Regional reclamam, ainda, “dos principais actores políticos nacionais a explicação das acções necessárias e um compromisso político firme para a concretização desse desiderato constitucional”.

Assim e tendo sido igualmente decidido dar conhecimento da referida deliberação a todos os Municípios da Região do Norte, vimos por este meio enviar a mesma (cfr. Anexo), solicitando o melhor empenhamento de V.Ex.^a no sentido de apoiar e reforçar as condições

que permitam “instruir, em concreto, as regiões administrativas durante a próxima legislatura”.

Terminada a citação, passou a referir que a Mesa entendeu que este é um insígnio político indispensável ao desenvolvimento do país e da própria região, razão pela qual foi entregue uma cópia a todos os membros da Assembleia.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia.

Neste período da ordem de trabalhos solicitaram a palavra os membros Senhores:

- Carlos Abel;
- Ruben Almeida;
- Pedro Miranda;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais.

No uso da palavra o membro Senhor Carlos Abel começou por cumprimentar toda a Assembleia, tendo de seguida afirmado que por razões de ordem pessoal e pela necessidade de fazer um esclarecimento à Mesa, iria falar sobre uma alusão feita na última Assembleia, pelo Senhor Presidente da Câmara, pela atitude pouco digna, pelo acto pouco reflectido, e pela «malabarice» que o Senhor Presidente da Câmara tomou.

Passou a citar o conteúdo de um documento que referiu ser uma intervenção feita pelo Senhor Presidente, presente na página trinta e oito da acta da última Assembleia “...por Ordem da Senhora Meritíssima Juíza de Direito e satisfazendo o solicitado no requerimento, que junta cópia, cumpre informar V.Ex.^a que compulsado o registo do processo no programa deste tribunal, não foi encontrado nenhum processo civil ou crime em que seja autor o Partido Social Democrata e ré a Sociedade Enercastro”.

Relembrou que na altura teve oportunidade de dizer que isto não correspondia à realidade, sendo que agora, iria revelar a todos os presentes onde está a «malabarice» e habilidade desta situação. Passou a explicar que o Partido tem que ser representado por alguém, ou seja, o partido não tem existência jurídica por si só, sendo representado pelo mandatário nacional ou pelo seu secretário-geral. Neste caso, e já nessa altura, o Senhor Presidente da Câmara sabia muito bem, que o que estava em causa era outra coisa completamente

diferente, ou seja, quem apresentou as queixas contra a Sociedade Enercastro, em virtude até do acto de impugnação da sua constituição, foi o Senhor Carlos Costa, Presidente do Partido Social Democrata, e também o Senhor Vereador Frias Vieira.

Frisou que o Senhor Carlos Costa é Presidente do Partido Social Democrata, eleito em eleições livres e democratas.

Deste modo, considerou o requerimento feito pela Câmara uma «malabarice» que o Senhor Presidente deitou mão, não passando tão só disto mesmo, ou seja, um argumento político inexistente, sendo óbvias as duas tentativas conciliatórias para ver se isto não ia a julgamento. Frisou a existência de um processo, sendo certo que o autor não é o Partido Social Democrata, mas sim as pessoas que acabou de referir.

Terminada esta questão passou a uma outra matéria que a seu ver é uma matéria muito mais importante que estas «malabarices», que se relaciona e diz respeito à estrada de Mirandela-Vinhais. Deixou claro que a questão que iria colocar não se trata de cepticismo político ou de estratégia partidária. Questionou então, se a obra foi adjudicada, ou assinado o protocolo de adjudicação. Referiu não ter a certeza se estes são os termos correctos, sendo que aquilo que conseguiu apurar, nesta adjudicação, foi que estaria em causa uma estrada com perfil semelhante à que existem entre Mirandela-Valpaço, com vias duplas em algumas subidas, com retiros para entradas e saídas de passageiros em camionetas, e um tamanho de estrada de nove metros. Apurou também que o valor global dessa empreitada rondaria os dez milhões de euros, e que estava em marcha uma tentativa de reduzir o perfil desta estrada e o valor do orçamento relacionado com ela, isto é, iria ser reduzido de dez milhões para cinco milhões e o perfil da estrada que é de nove metros passaria para seis e meio, sem vias duplas. Concluiu que não passará de um melhoramento ao nível do piso, sem qualquer tipo de corte de estrada. Dito isto, questionou mais uma vez o Senhor Presidente se pretendia prestar alguma informação sobre esta questão, sendo que depois se irá pronunciar sobre aquilo que todos poderão fazer em conjunto, uma vez que se trata de uma oportunidade única que não se deve desperdiçar, ou seja, não se deve deixar que se passe apenas por uma melhoria do piso. Relembrou que faz parte do programa do Senhor Presidente uma melhoria geral do acesso em si, com um perfil completamente diferente, mais moderno, porque com isto podemos fazer com que nos próximos vinte anos, não haja mais nenhum

tipo de melhoramento ao nível desta estrada, e ela é fundamental, para a ligação de Vinhais a todos os eixos viários nacionais.

Tomou a palavra o membro Ruben Almeida para proferir a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,

Senhores Secretários,

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Deputados,

Ex.mo Público.

É com grande orgulho e satisfação que mais uma vez subo a este palanque para prestar humilde e sincera homenagem a quem de direito. O crescente dinamismo e movimento na vila que todos constatamos, bem com o acréscimo dos autocarros aos fins-de-semana que visitam a nossa vila, fazem já prova e tornam realidade, o concelho de Vinhais como destino turístico de qualidade. Tendo para isso sido fundamentais os equipamentos criados e investimentos realizados não só na vila mas também nas aldeias. Gostaria de destacar o Museu de Arte Sacra recentemente inaugurado pelo Senhor Ministro da Cultura que juntamente com o Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho e Parque Biológico constituem verdadeiros ex libris desta terra e são grande motivo de orgulho de todos os Vinhaenses.

Estas obras juntamente com todas as mais realizadas, sobretudo ao nível da sede do concelho, fazem prova que esta requalificação urbana da vila era indispensável. Os resultados assim o demonstram. Ao contrário de outros, isto é gente que trabalha muito e fala pouco. Bem-haja Senhor Presidente e restante executivo por nos brindar com todas estas obras que tanto têm contribuído para o desenvolvimento da nossa terra e tem colocado Vinhais nos roteiros culturais do país. Obrigado.”

Tomou a palavra o membro Senhor Pedro Miranda para proferiu a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Senhoras e Senhores.

Há cerca de três meses o Senhor Secretário das Obras Públicas e Comunicação visitou-nos para anunciar duas obras importantíssimas para o concelho de Vinhais.

Estrada Vinhais-Bragança e Rebordelo-Mirandela.

Quanto à primeira sabemos que estão a ser feitos estudos. Quanto à segunda (e esta que me é mais familiar), já arrancaram as obras, passo diariamente nesta estrada e é com muita satisfação que tenho visto já as máquinas a trabalhar.

Não é novidade que a população já muito reclamava por melhores acessos, estes fundamentais para desencravar o nosso concelho e melhorar a qualidade de vida.

Dou os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela pressão e pelo esforço que sei que exerceu no Governo.

E já que falamos em estradas, não posso deixar de dar também os parabéns pela colocação de asfalto em várias estradas do concelho, como é exemplo da estrada de Cruz de Revelhe-Revelhe, porque este era também um desejo desta população, população esta que tal como as outras também merece a atenção do executivo porque é gente de Vinhais.

Esta é a prova que o executivo continua empenhado em dar as mesmas condições de vida às gentes de Vinhais que vivem espalhados por essas lindas aldeias do concelho. Esta é uma política de esforço de dedicação e trabalho, não é como outras, uma política pimba que dispara em todos os sentidos, onde só consegue atingir os seus elementos.

Senhor Presidente continue com essa força, com essa garra, para o bem do concelho.

Obrigada.”

Por último tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, para emitir a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

Senhoras e Senhores.

O ano de 2009, é para os Portugueses um ano intenso de direitos e deveres, consignados na Constituição Portuguesa, quanto à forma livre e democrática, com que fazem as suas opções políticas, elegendo aqueles que do seu ponto de vista melhor servem os interesses nacionais, nos diversos órgãos políticos.

Venho hoje aqui, para em nome da comissão recenseadora da freguesia de Vinhais, agradecer às comissões políticas dos diferentes partidos, a forma pacífica e leal como decorreram quer a constituição das mesas de voto, quer o último acto eleitoral.

Esperamos continuar a trabalhar de uma forma eficaz, e que, sem polémicas nem atritos, com elevado sentido ético, possamos contribuir para a prestação do serviço público com qualidade, isenção e sentido de responsabilidade.

Não podemos, nem devemos, ser órgãos públicos geradores de conflitos, contribuidores para o mau funcionamento da justiça em Portugal, intoxicando os tribunais com polémicas e desentendimentos inúteis, quando a solução e a razão está aqui mesmo, dentro de cada um de nós.

Quanto à análise fria e sem tendencialismos, dos resultados obtidos, parecem, por um motivo ou por outro, algo desinteressantes e sem grande estímulo na sociedade portuguesa.

Devemos ficar preocupados, quando apenas 30% da população portuguesa decide cumprir o seu dever.

Com certeza que mesmo em momentos de crise os portugueses não crêem nem acreditam em soluções milagrosas, nem alternativas credíveis, razão pela qual optaram por expressar a sua opinião num leque de opções, diferentes dos dois habituais maiores partidos políticos.

No nosso concelho, os resultados foram os esperados, cerca de 30% para os dois maiores partidos políticos, eleitores fiéis, permanentes ao longo dos tempos, os quais nunca optaram por um sentido de voto diferente a não ser na escolha dos órgãos autárquicos.

É bom que o povo se pronuncie e decida com tranquilidade, é nas eleições que o povo manifesta a sua opinião, não deverá ser com pressões, malabarismos ou desinformações, que se tenta incutir na sociedade Vinhaense uma opinião distorcida emanada pela comunicação social, muitas vezes alheia à verdade, ela mesma geradora de interesses e oportunidades noticiosas.

É nas urnas que a justiça é feita, o eleitorado será chamado a pronunciar-se e o julgamento será feito de uma forma honesta, avaliando o desempenho de um trabalho efectuado e com

o debate de ideias credíveis e sustentadas que possam trazer desenvolvimento para o concelho de Vinhais.

Não é com a política dos maus e dos bons, que se consegue esgrimir em campos não naturais as batalhas que no espaço próprio devem ser combatidas, sem rancor, maledicência ou oportunismos.

Quando uma campanha é pacífica, os resultados são pacíficos, quando por todos os meios tentamos o conflito e a arrogância, não é possível criar condições de trabalho que permitam um bom desempenho e uma clareza de ideias para a execução do trabalho de que o povo está carenciado.

Sim é disso que estou a falar, duma campanha estratégica orquestrada no sentido de atingir os fins sem olhar aos meios, ferindo susceptibilidades se necessário for, colocando em risco não só a imagem de quem dedica a sua vida a defender os interesses dos seus munícipes, como também de todos aqueles que ele representa.

Numa sociedade em que é norma, quase regra, que cada candidato solicite para si uma grande votação, possuindo assim grande legitimidade de reivindicação, para o eleitorado que representa junto do poder central, em Vinhais a oposição delineou uma estratégia assumida, não da promoção individual e legítima, mas sim de denegrir e prejudicar todos aqueles que divergem das suas opiniões políticas e por consequência o concelho em geral.

Não existem santos nesta sala, todos temos os nossos defeitos e as nossas virtudes, errar é próprio do ser humano, os erros são fruto do trabalho, não devemos tentar criar a nossa auréola de santidade em prejuízo daqueles que tudo fazem em prol do desenvolvimento e trabalham a bem dos interesses concelhios e nacionais.”

2 - Ordem do Dia.

2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Mesa de acordo com o habitual dispensou a leitura da acta da sessão realizada em vinte e oito de Abril de dois mil e nove, com a concordância de todos, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com a devida antecedência.

Seguidamente foi a referida acta colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções, dos membros Senhores José Augusto Gonçalves Nunes, Julieta de Jesus Pires, e António dos Anjos Gonçalves, motivadas por não terem estado presentes na reunião em causa.

2.2 - Leitura resumida do expediente.

Neste ponto, da Ordem de Trabalhos, tomou a palavra o Senhor Primeiro Secretário da Mesa, para citar alguns títulos da correspondência que este órgão recebeu. Terminou informando que se encontra disponível, toda a correspondência recebida, em Sede da Comissão Permanente para consulta, se assim o desejarem.

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.

" Exm.º Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários da Mesa

Senhores Vereadores Presentes

Senhoras e Senhores Presidentes de

Junta e demais Deputados municipais

Minhas Senhoras e meus Senhores

Estamos num período de pré campanha eleitoral, pois brevemente teremos eleições legislativas, seguidas de autárquicas.

Mas não é porque estamos com eleições à vista, que o País ou as autarquias devem parar.

Bem antes pelo contrário. Os desafios são muitos e os investimentos não podem esperar.

Assim sendo, continuam a bom ritmo, as obras no Estádio Municipal de forma a estar pronto para a prática do futebol e do desporto na próxima época, o arranjo urbanístico do Bairro do Carvalhal e Bairro dos Cabeços, também está praticamente no fim e iniciaremos brevemente a intervenção no Bairro do Calvário.

Os saneamentos em Rio de Fornos continuam e em São Cibrão estão quase prontos, bem assim como em Vila Boa e um pequeno ramal em Paçó.

Na reunião de 8 de Junho foram postos a concurso os saneamentos nas aldeias de Travanca e de Fresulfe e contamos a qualquer momento iniciar os de Santalha. O de Soutelo está em preparação para concurso.

Continuamos com a empreitada de instalação de sete reservatórios e foram postos a concurso na reunião de 8 de Junho mais oito ETARS nas aldeias de Nuzedo de Baixo, Vale das Fontes, Vilar de Lomba, Moás, Paçó, Pinheiro Novo, Gestosa e Frades.

As obras de empreitada dos caminhos rurais Vinhais – Quintas de Ressumil, ligação do C. M. 1036 a Revelhe e Santa Luzia, foram adjudicados e executados em tempo recorde.

Também na reunião de câmara de 22 de Junho, foram aprovados os projectos e abertura de concurso para mais um lote de arruamentos, no valor total de 844.080,58 € e que vão beneficiar as seguintes aldeias: Gestosa, Passos, Vilar Seco, São Jumil, Vila Boa, Rebordelo, Aboá, Landedo, Vilarinho das Touças, Curopos, Cruzamento de Palas, Agrochão e um troço da E. M. 529 em Ervedosa.

Também na sede do concelho, na reunião de Câmara foi lançado a concurso para conclusão do primeiro e segundo troço da Circular Interna de Vinhais no valor de 288.750,00 €

Já foram candidatados para financiamento o Centro Cultural a instalar no edifício das Casas Novas ou Solar dos Condes de Vinhais e o Centro de Interpretação do Porco e do Fumeiro, a instalar no edifício onde hoje funciona a Cooperativa no Largo do Arrabalde.

Também me parece que devemos dar conta que já se iniciaram as obras na estrada de ligação do Concelho de Vinhais ao IP4 a Mirandela, o que é uma excelente notícia para todos nós.

Mas também a actividade da autarquia se estende a outras iniciativas algumas delas culturais e outras desportivas de grande importância. Estou a referir-me ao lançamento de livros, organização de ateliers, ocupação para os mais novos no Parque Biológico, provas desportivas diversas, uma prova de todo terreno federado e que foi integrada no Campeonato Nacional, mais recentemente uma prova de perícia automóvel também integrada no Campeonato Nacional, está a decorrer em Vinhais pela primeira vez e que é novidade em toda a região um campeonato de chega de touros que está a ser um sucesso e no dia 26/07/09, teremos também a primeira tourada a cavalo, com a presença das melhores

cavaleiros do País, aproveitando para comunicar que este será um tema de investimento a considerar, pois em termos de promoção no campo do turismo pensamos que será mais uma boa aposta.

Uma vez que estamos no Verão e para alguns é tempo de férias e de lazer, aproveito para desejar a todos um bom descanso porque merecido.

Situação financeira do Município.

- Dotações Orçamentais – 459.977,68 €

- Dotações não Orçamentais – 730.930,92 €

Solicitou autorização à Mesa para responder muito rapidamente às questões que lhe foram colocadas. Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, ao membro Pedro Miranda e Ruben Almeida, pelas considerações feitas.

Ao membro Senhor Carlos Abel referiu que, sobre a questão do esclarecimento, não iria retirar nenhuma palavra ao que disse, porque aquilo que disse encontra-se escrito na acta, e também porque se limitou a ler um papel, razão pela qual, não existe nada a acrescentar nem a retirar.

Quanto à questão da estrada Rebordelo-Mirandela referiu que se a oposição fosse colaboradora teria, o membro Senhor Carlos Abel, dito nesta Assembleia que hoje se encontravam todos de parabéns, porque ao se deslocar para Vinhais, ficou satisfeito ao ver que as obras da estrada de Rebordelo-Mirandela já iniciaram. Referiu que tal não foi dito pelo membro Carlos Abel e que é livre de tal opção. Referiu que em vez disso, o membro Carlos Abel preferiu trazer um outro assunto, que é uma desconfiança, alegando que a obra não está a ser executada de acordo com aquilo que foi protocolado. Explicou ao membro em causa que aquilo que diz saber, é aquilo que está no Jornal e sobre isso, não se irá pronunciar. Sobre quem trouxe essa notícia a público referiu que também todos sabem, porque está no Jornal, é por isso público. Referiu também saber mais algumas coisas, porque tem que saber. Chamou atenção do membro Senhor Carlos Abel para duas coisas que passou a referir. No anterior Governo, quando o Governo era liderado pelo Doutor Durão Barroso, este lançou apenas duas estradas, uma estrada de ligação a Valpaços a

Mirandela, onde foi Presidente da Assembleia Municipal, alguns anos e uma outra de Mirandela ao Cruzamento da Bouça.

Referiu que quando chegou à Câmara tinha conhecimento desta situação e conversou com o Senhor Presidente da Câmara de Mirandela. Tinha-se deslocado ao Governo para dizer que era uma injustiça adjudicar uma estrada que vem de Mirandela até Rebordelo e fazê-la parar no cruzamento da Bouça. Considerou não se justo para os de Mirandela e muito menos para as gentes de Vinhais. Continuou referindo que o projecto de Mirandela parou, a obra até Mirandela não avançou, e este Governo preocupou-se em pôr a obra a concurso de uma só vez. Referiu, ser isto aquilo que tem que esclarecer, e que é com muito agrado que pode hoje dizê-lo, porque de facto, é isto que interessa a todos, ou seja, aquilo que inicialmente chegava apenas à entrada do concelho de Vinhais, agora chega exactamente ao concelho de Vinhais.

O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para fazer um esclarecimento ao membro Senhor Carlos Abel, referindo que na última Assembleia municipal houve uma falha de interpretação por parte de alguns membros, e por essa razão passou a esclarecer que neste momento se encontram no ponto 2.3 e neste ponto as inscrições são relativas especificamente à intervenção do Senhor Presidente. Seguindo o regimento, se a intervenção do membro Senhor Carlos Abel não for relativa à intervenção do Senhor Presidente, não terá direito de resposta, por isso para proveito próprio do membro Senhor Carlos Abel, será melhor que o faça no ponto seguinte, uma vez que no período de intervenções terá direito de resposta.

Dito isto, o membro Senhor Carlos Abel solicitou a palavra para referir que a questão que pretende colocar se relaciona com a resposta que o Senhor Presidente da Câmara não deu na altura, razão pela qual considerou oportuno falar neste momento.

Começou por referir que concordou com o Senhor Presidente da Câmara quando este afirmou que não era justo deixar na Bouça a estrada, e ficará feliz se a estrada for feita. Explicou que aquilo que está em causa é o perfil da estrada, porque estava consignada para dez milhões de euros e vai ser de cinco milhões de euros. A informação que consta no concelho de Mirandela, no qual já existem abaixo-assinados por parte das Juntas de

Freguesia, é que o perfil inicial foi alterado de nove para seis metros e meio, ou seja, não vai passar tão só de uma melhoria ao nível do piso, porque não vai haver alteração de traçado, sendo certo que vai continuar a passar pelo meio das aldeias. Referiu a necessidade de se fazer uma luta, que em sua opinião deve ser conjunta, e vem na senda daquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais veio dizer, aquando da sua intervenção. Referiu, ter concordado em parte com a intervenção do Senhor Presidente da Junta porque, a seu ver, começa a existir alguém no partido socialista que entende qual é a posição de uma oposição. Apesar da questão da litigância, em que os Senhores do PS acham que questões de ilegalidade e irregularidade não devem ser trazidas à liça, referiu que estas ficam com quem as faz.

Questionou o Senhor Presidente, sobre até que ponto, é que a Câmara Municipal de Vinhais, em que a população do concelho de Vinhais, e em que o próprio Presidente da Câmara Municipal de Vinhais, aceitam encetar esta luta, que é uma luta, pela melhoria de todas as acessibilidades de todo o concelho, sobretudo da parte sul do concelho, que está a ser feita, desde já, ao nível da Câmara Municipal de Mirandela e das Juntas de Freguesia da área geográfica deste município.

Referiu que o seu partido estará ao lado do Senhor Presidente para que a estrada seja feita com o perfil que inicialmente foi estabelecido, a confirmarem-se as desconfianças. Questionou o Senhor Presidente se estará disposto a testar esta luta, caso o perfil não seja aquele que se considera, que coincide com aquele que o Senhor Presidente considerou no seu programa eleitoral.

Relembrou mais uma vez que com esta situação poderão estar a perder oportunidades de vinte anos, porque se o Governo gastar agora cinco milhões de euros nesta estrada, com toda a certeza que daqui por meia dúzia de anos, o concelho não vai ter legitimidade, nem o direito, de reclamar que voltem a fazer.

Referiu compreender muito bem, quando o Senhor Presidente fala na questão político-partidária, ou seja, quando o Senhor Presidente diz que o Governo do Senhor Doutor Durão Barroso só fez duas estradas. Referiu que o Senhor Presidente conjugou bem o verbo, porque só fez duas estradas. Interrogou o Senhor Presidente sobre quantas estradas fez o Governo Socialista, dando de seguida a resposta que o Governo Socialista fez zero estradas, apesar de ter anunciado muitas, e ter requalificado outras tantas.

Referiu, ser da opinião que, um Presidente da Câmara, consciencioso, só pode ter uma posição nesta situação, que é responder a este repto afirmativamente. Sendo que se for necessário poderão fazer manifestações no local ou em Lisboa, porque é legítimo, e defende os interesses da população.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Começou por responder ao membro Senhor Carlos Abel, sobre a questão das estradas, alegando que não tem muito jeito para algumas manifestações. Considerou esta manifestação, uma manifestação sem sentido, que não existe nem pode existir.

Passou a citar um excerto do Jornal Mensageiro de Bragança datado do dia dezanove de Junho, cujo conteúdo a seguir se transcreve: “Adão Silva denuncia alteração na requalificação da estrada nacional 315. O deputado do Partido Social Democrata eleito por Bragança, diz que se trata de mais um exercício da mentira, com claro prejuízo para os Transmontanos. Adão Silva revela que a empresa Estradas de Portugal mudou de posição relativamente à estrada nacional entre Mirandela-Rebordelo, depois do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e das Comunicações ter procedido à contratação da obra há dois meses atrás em Vinhais”

Concluiu que, aquilo que foi dito, foi que, as Estradas de Portugal, mudaram, ou estão-se a preparar para mudar, os termos do contrato daquilo que foi assinado em Vinhais.

Continuou citando o Jornal, dizendo que na altura em Vinhais foi revelado que a obra iria custar oito vírgula cinco milhões de euros, e que esta empreitada contemplava o alargamento da ponte da Formigosa sobre o Rio Tuela, e duas rotundas na Bouça, sendo que isso já não iria acontecer. Continuou citando que aquilo que inicialmente estava previsto para custar oito vírgula cinco milhões de euros vai custar cerca de cinco milhões de euros. Deu conhecimento que, isto foi o que o Senhor Adão Silva disse ao Jornal na semana exacta em que começaram as obras.

Referiu ter noção daquilo que os jornais dizem e o porquê dos jornais falarem, ou seja, estes dizem aquilo que lhe dizem para dizer, sendo que algumas vezes dizem verdades e outras vezes dizem mentiras.

Referiu que não vai fiado na postura da luta feroz de manifestações, que o membro Senhor Carlos Abel quer travar, porque como Presidente, fez as coisas da forma que um Presidente de Câmara deve fazer, ou seja, pediu ao Senhor Chefe de Gabinete para mandar um fax ao Senhor Director da Direcção de Estradas, com fotocópia desta notícia, solicitando que a resposta fosse dada por escrito.

Dito isto passou a citar o conteúdo dessa mesma resposta, ao mesmo tempo que comparou com aquilo que foi notificado no Jornal.

“ Senhor Presidente da Câmara de Vinhais, sobre a notícia da requalificação da EN 315 em Rebordelo, tenho a comunicar-lhe o seguinte: [isto tem a data do dia 22, é fresquinha]. Em resposta ao solicitado por V.Ex.^a informo que, de forma a garantir, o mais rapidamente possível, melhores condições de circulação e segurança na EN 315, entre Rebordelo e Mirandela foi decidido incluir, numa só empreitada, dois troços distintos desta estrada, Rebordelo-Bouça e Bouça-IP4, que dispunham de projectos de execução autónomos, desenvolvidos em enquadramentos temporais distintos e cuja homogeneidade era imperioso que fosse assegurada. [decidiram fazer um só projecto e não fazer a estrada por duas vezes como estava previsto].

A empreitada da EN 315 beneficiação Rebordelo-IP4 foi consignada em 18 de Maio de 2009 em Vinhais, sendo o adjudicatário o consórcio Lena Engenharia e Construções S.A, Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, Lda, FazVia; Sociedade de Empreitadas, Lda e Medida XXI - Sociedade de Construções Lda. O valor da adjudicação foi de nove vírgula sete milhões de euros [não são os oito que diz o Dr. Adão] e a extensão é de cerca de trinta quilómetros e o prazo de execução é de um ano. Os trabalhos a realizar consistem no seguinte: Alargamento da ponte da Formigosa, [Dr. Adão disse que não havia alargamento da ponte] no alargamento da plataforma existente, [Dr. Adão disse que ia diminuir] de forma a garantir vias de circulação de três metros mais um para cada lado nas bermas, num total de oito, drenagem reforço e repavimentação do pavimento, camada de desgaste sinalização vertical e horizontal e reformulação de interacções diversas com destaque para a Bouça onde estão previstas a construção de duas rotundas. [disse que não ia haver duas rotundas], de acordo com o que foi apresentado em Vinhais no passado dia 26 de Março, na presença de Sua Excelência o Senhor Secretário

Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, por ocasião da assinatura do contrato relativamente à empreitada. [tudo ao contrário do que disse o Jornal].

Mais se refere não existir qualquer contradição relativamente ao caderno de encargos e ao que foi adjudicado em Vinhais. [assina o Director de Estradas de Delegação de Bragança: Nuno Miguel Grilo Gama, engenheiro.]”

Terminado o período de resposta do Senhor Presidente da Câmara, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

2.4 – Período de Intervenções.

Inscreveram-se para intervir neste ponto os Senhores membros a seguir indicados:

- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa
- Carlos Abel

Começou por fazer uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, para esclarecer que a intervenção feita por si, no ponto anterior, não teve a ver com a intervenção do Senhor Presidente, mas sim com a intervenção do membro Senhor Carlos Abel. Referiu que iria apenas fazer algumas considerações muito simples, alegando que comunga da preocupação do membro Senhor Carlos Abel, embora tenha também opiniões divergentes relativamente à forma como é ponderada essa situação. Passou a explicar que toda a gente sabe que Mirandela, e os autarcas de Mirandela, tem todo o interesse que este Projecto não vá para a frente, isto porque, se está numa campanha eleitoral e o Senhor Presidente da Câmara candidato, o Senhor Doutor Silvano, tem interesse em uma grande maioria. Referiu que, é natural que, façam tudo e mais alguma coisa, para contestar este Projecto que, o concelho de Vinhais espera há muito tempo. Quanto à ideia da manifestação, referiu que, receia que se fizerem uma manifestação neste momento, pode ocasionar que a referida estrada nunca mais se faça. Relembrou que, num programa televisivo, esteve presente o Senhor deputado do PSD, o Dr. Santana Lopes, onde disse, que em termos de infra-estruturas e rodovias, está um luxo, tendo-se esquecido do distrito

de Bragança. Frisou que a preocupação é mesmo esta, porque se o concelho esteve tanto tempo, à espera de uma alteração de um troço, que estava adjudicado, mais tempo estará, se for feita uma pressão de forma a cancelar este projecto que está em execução.

Concluiu existir aqui dois pesos e duas medidas, porque há a consciência que a obra tem que ser feita, e tem que ser feita bem. Referiu estar de acordo e comungar desta ideia, tendo ficado tranquilo, depois de ouvir a intervenção do Senhor Presidente, e das garantias que foram apresentadas na última apresentação, assim como a assinatura dos contratos pela Estradas de Portugal e pelo Senhor Secretário de Estado.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa que começou por cumprimentar todos os presentes, lembrando que ninguém perguntou como correu a Feira dos Produtos da Terra, informando de seguida que correu muito bem.

Quanto à estrada do Distrito de Bragança, disse estar preocupado com o concelho de Vinhais, e informou que anda muito pelo distrito, o que o leva a dizer que, talvez o membro Senhor Carlos Abel, nunca tenha ido para o concelho de Mogadouro, nem para o concelho de Miranda, porque foram lá inauguradas estradas feitas por “eles”.

Relativamente a Mirandela referiu que, devem aconselhar o Senhor Dr. Silvano a parar com o abaixo-assinado das Juntas de Freguesia, uma vez que poderá ser prejudicial, porque pelo que sabe, talvez não tinham ainda conhecimento, desta forma, que as Estradas de Portugal estão a mandar executar a obra, e empreitaram a obra, que foi aqui tão anunciada. Considerou que a gente não pode ter a memória curta, porque não pode ser de um dia para o outro que, um Senhor se lembra de tirar uns metros à estrada e pôr menos ou mais. Concluiu que têm passado quatro anos a falar de coisas menos sérias, e sugeriu que falassem de coisas sérias nos quatro meses que se avizinham.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia no intuito de manter a máxima ordem, na Ordem de Trabalhos, alertou o membro Senhor Carlos Costa para os permanentes comentários, que desagradam e desagradar-lhe-iam também a alguns membros da bancada do PSD, se fosse o contrário. Solicitou o favor de alguns membros da bancada do PSD se absterem de comentários.

Mais uma vez tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel, anunciando que iriam criar uma guerra de alecrim de manjerona. Continuou referindo que o problema às vezes pode estar na professora primária do Senhor Presidente, por esta não o ter ensinado a ler tudo direitinho, isto porque, leu três metros e vinte e cinco, e aquilo que está escrito é três metros, o que quer dizer que três metros de cada lado, dá seis metros, não sendo isto, aquilo que estava consignado.

Em virtude de ter sido interrompido por alguns comentários de alguns membros presentes nesta Assembleia, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa para utilizar os mesmos critérios que utilizou com o membro Senhor Carlos Costa, aos restantes membros desta Assembleia. Dito isto, o Senhor Presidente da Mesa referiu que o membro Senhor Carlos Abel compreende melhor, agora, o prejuízo que faz aos outros.

O membro Senhor Carlos Abel retomou a palavra referindo que o Presidente da Mesa tem como função ser moderador e não interventor.

Continuou referindo-se à questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, alegando que o Senhor Dr. Silvano deve estar a tremer com a candidata do Partido Socialista, que quem sabe poderá ganhar sessenta-vinte, e por causa do que foi dito, talvez será capaz de ir buscar mais cinco por cento, ficando sessenta e cinco-quinze.

Concluiu que não conseguiu ver nenhuma contrariedade em relação às intervenções que o Senhor Deputado Adão e Silva produziu. Continuou referindo que aquilo que lhe vai dar razão, vai ser a obra ao aparecer. Frisou que não estão contra a obra, apenas pretendem que ela seja feita nos exactos termos e exacto perfil com que foi adjudicada, que não é claramente aquilo que a seu ver está a acontecer, porque os seis metros são claramente insuficientes, sendo muito parecidos com aquilo que já existe. Uma vez que foi projectada para nove metros, considerou legítimo que os tenha de facto, independentemente das questões político-partidárias, porque é bom para o concelho e para toda a população.

2.5 - Alteração ao Regulamento do Parque de Campismo.

O Senhor Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia a proposta referida em título, tendo o Senhor Vice-Presidente, Dr. Roberto Afonso, dado uma explicação sumária acerca deste assunto.

Alegou que a presente alteração se prende com algumas das condições para ocupação do Parque de Campismo Rural, dos Bungalows e também com as taxas a cobrar por essa ocupação diária.

Registou-se a intervenção do membro Senhor Carlos Abel onde colocou uma questão relacionada com esta alteração, nomeadamente sobre a influência orçamental que esta alteração tarifária vai ter ao nível global, a recolher pelo Parque de Campismo.

O Senhor Vice-Presidente respondeu à questão colocada pelo membro Senhor Carlos Abel, referindo que a influência orçamental terá a ver com o número de visitantes que se vier a ter, sendo que, antes disso, não se sabe ainda quantos irão ter. Referiu que a taxa de ocupação é elevadíssima, porque num ano teve quinze mil visitantes, que é plenamente satisfatório, situação essa, que devia deixar toda a gente orgulhosa.

Não se verificou por parte dos membros presentes, nenhuma intenção de intervir neste ponto, a Proposta de Alteração ao Regulamento do Parque de Campismo, foi aprovado por unanimidade.

2.6 - 2.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 3.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 3.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento.

Para apresentação deste ponto o Senhor Presidente da Câmara referiu que com a autorização da Mesa, iria delegar no Senhor Chefe de Divisão a apresentação deste ponto.

O Senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira tomou a palavra e começou por se referir à 2.^a Revisão ao Orçamento da Receita porque se tornava necessário fazer a inscrição de receita proveniente das candidaturas apresentadas ao Instituto de Emprego, que vieram aprovadas, e não se encontravam inscritas a nível do orçamento da receita e do orçamento da despesa e só por meio de uma revisão é que é possível a sua inscrição. Referindo-se ao saldo da gerência anterior disse que, a sua aprovação se verificou aquando da aprovação da prestação de contas na última sessão desta assembleia, o qual pode ser

utilizado, através de uma revisão orçamental, para dotar rubricas insuficientemente dotadas ou inscrições de novos projectos, o que acontece com a revisão em causa.

O Senhor Presidente da Mesa questionou os Senhores membros se alguém pretendia intervir neste ponto. Ninguém manifestou intenção de intervir.

O Senhor Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação o ponto em questão, tendo sido aprovado por maioria com oito abstenções.

Antes de passar ao ponto seguinte o Senhor Presidente da Câmara pediu autorização à Mesa para poder prestar um breve esclarecimento sobre uma questão.

Com autorização da Mesa, e em virtude de na devida altura, se ter esquecido, de se pronunciar sobre a questão que, tinha sido levantada na anterior sessão da Assembleia Municipal, por uma Senhora Deputada, questão essa, relacionada com a honra profissional dos funcionários da autarquia.

Referiu que, a deputada Dr.^a Lisete Claro se queixou, de não ter recebido os relatórios da CPCJ, ao mesmo tempo que, fez algumas considerações relativas à funcionária em causa, Dr.^a Glória Velede.

Referiu que, na altura não gostou daquilo que ouviu por parte da Senhora deputada, e como não sabia nada sobre o assunto, não se tinha pronunciado, sendo que, hoje, depois de questionar a funcionária em causa, conclui que a Dr.^a Glória, funcionária da autarquia, é a par das outras técnicas, uma técnica que considera empenhada, razão que o levou a ficar surpreendido com o tipo de acusações. Relembrou que, é sua representante na CPCJ, por delegação de competências, e que foi eleita por todos, como presidente dessa comissão. Referiu ainda não fazer parte dessa comissão, nem nenhum membro do executivo, pelo que não tem conhecimento dos assuntos que lá são tratados, uma vez que são bastantes sigilosos.

Tendo confrontado a técnica com as acusações que lhe foram apontadas, obteve como resposta que, a Dr.^a Lisete Claro não tinha recebido o último relatório da CPCJ, porque lhe foi enviado através de carta registada, com aviso de recepção, para a morada indicada, e esta não a foi levantar aos CTT. Lamentou o facto de a Senhora deputada não estar

presente, ao mesmo tempo que considerou este comentário institucional, sem qualquer juízo de valor.

3- Período reservado ao Público.

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das quinze horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.